



NOVIDADES LEGISLATIVAS



Nesta Edição:

- Estatuto da Pessoa com Deficiência vai à sanção presidencial;
- Rejeitado projeto que altera destinação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água;
- Rejeitado projeto que fixa teto para a cobrança da compensação ambiental;
- Comissão de Agricultura discute cabotagem;
- CESP das Licitações debate com representantes da Construção Pesada e Arquitetos e Engenheiros Consultivos.

Estatuto da Pessoa com Deficiência vai à sanção presidencial

Na noite de hoje, o Plenário do Senado aprovou o SCD 4/2015, que trata do Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei Brasileira da Inclusão.

O projeto confere maior proteção às pessoas com deficiência, garantindo atendimento especial e diferenciado na atenção a saúde, moradia, educação, transporte, cultura, desportos, turismo e lazer.

Ocorre que ao assegurar esses direitos, não foram estabelecidas todas as medidas que possibilitassem ao setor produtivo condições para o cumprimento das obrigações, especificamente no que se refere às dificuldades atualmente existentes e as que dependem de adequação técnica. As principais implicações são:

O texto aprovado estabelece que empresas com 50 a 99 empregados terão de reservar pelo menos uma vaga para pessoas deficientes ou reabilitadas. Atualmente, as cotas devem ser aplicadas pelas empresas com mais de 100 empregados. Os percentuais continuarão variando entre 2% e 5% do total das vagas. As empresas terão três anos para se adaptarem.

PAINEL

MPV 675/2015 ELEVAÇÃO DA CSLL PARA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Hoje foi instalada Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 675/2015, foram eleitos para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, o Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) e o Senador José Pimentel (PT/CE), e designados Relator e Relator Revisor, respectivamente, a Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR) e o Deputado Afonso Florence (PT/BA).



Exigência do cumprimento de cota nas licitações

O texto aprovado inclui que nas licitações poderá ser utilizado o critério de desempate ou a margem de preferência para as empresas que cumprirem a cota da contratação de pessoas com deficiência. A exigência configura flagrante cláusula de barreira social expressa e declaradamente não recomendada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A restrição traduz penalidade exorbitantemente severa, pois as atividades das empresas são em grande parte executadas em condições onde inexistente infraestrutura organizada para proporcionar acessibilidade para pessoas com deficiências; além disso, são tímidas e ineficazes as políticas públicas de recrutamento e engajamento dessas pessoas para o mundo do trabalho nesse setor.

Essa exigência poderá incidir diretamente no desenvolvimento do país, pelo potencial poder de paralisar ou esvaziar as licitações, na hipótese de aprovação da proposta nesse ponto.

Desenho universal - Reserva de unidades na construção civil

A adoção do desenho universal para todos os empreendimentos representa um acréscimo de 5% no custo da unidade e de 10% na área do imóvel. Esse incremento resultará em aumento de custos para o Poder Público e para todo e qualquer mutuário que necessariamente não é demandante dessa determinada tipologia. Em geral, as regras de acesso à habitação de interesse social já preveem o atendimento a determinados perfis.

Como se trata de política pública, a posição da CNI foi defender a realização de um estudo aprofundado dos impactos dessa obrigatoriedade, considerando que os orçamentos públicos devem suportar os custos da adaptação dos imóveis.

A reserva de habitação conforme o perfil do adquirente (idoso, pessoas com deficiência, outros) muitas vezes não atende a demanda, gerando distorções na definição das prioridades para o enfrentamento do déficit habitacional. O que se defende é a concessão de incentivos (redução de tributos e da burocracia) e a adoção de padrões adaptáveis, pois qualquer limitação de ordem construtiva sempre implica custos adicionais, onerando todas as unidades.

Alguns pontos de interesse do setor produtivo foram contemplados no texto do Senado:

- ✓ manutenção do dispositivo que assegura que a informação nos produtos e serviços seja na forma de regulamento;
- ✓ adequação do texto no que se refere ao atendimento prioritário. Antes, permitia que a pessoa com deficiência fosse atendida com preferência em relação a outras pessoas com prioridade. Agora, tem prioridade de atendimento igual aos demais (idosos, gestantes, etc), preservando-se princípio constitucional;
- ✓ ao tratar da prevalência da norma mais benéfica às pessoas com deficiência, o texto foi alterado para constar que a aplicação de convenções e



declarações internacionais dos quais o Brasil é signatário, só será possível quando aprovados pelo Congresso Nacional e promulgados.

Por decisão dos Srs. Líderes, a matéria foi aprovada sem a apresentação de destaques.

O projeto será encaminhado para sanção presidencial.

Rejeitado projeto que altera destinação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados rejeitou o PL 7070/2014, da deputada Gorete Pereira, que previa a destinação de 20% dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água para subsidiar as tarifas elétricas de pequenos e médios produtores irrigantes.

O parecer, pela rejeição, do deputado Índio da Costa (PSD/RJ), foi aprovado por unanimidade e está em linha com o posicionamento da CNI que defende a manutenção das aplicações previstas, na Lei das Águas, para este recurso.

O projeto segue para análise da Comissão de Finanças e Tributação.

Rejeitado projeto que fixa teto para a cobrança da compensação ambiental

A Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados rejeitou, por unanimidade, o PL 266/07, que trata da cobrança da compensação ambiental, conforme parecer do deputado Augusto Carvalho (SD/DF).

O projeto, que consta na Agenda Legislativa da Indústria 2015, fixa em 0,5% o teto da cobrança da compensação ambiental aplicada a empreendimentos de significativo impacto ambiental, prevista na Lei que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

A matéria segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça.

Comissão de Agricultura discute cabotagem

Realizada ontem, 9/06, audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) para discutir a conjuntura atual da cabotagem.

Presentes representantes dos seguintes órgãos: Secretaria de Políticas Portuárias da Presidência da República, Assessoria Especial da Ministra da Agricultura, Diretoria de Portos e Costa do Comando da Marinha, ANTAQ, Divisão de Tributos sobre o Comércio Exterior da Receita Federal, Secretaria Executiva do Ministério



dos Transportes, CNA, Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima e Sindicato Nacional da Indústria de Reparação Naval e Offshore.

De acordo com representante da ANTAQ, atualmente, a cabotagem corresponde a apenas 18% do transporte marítimo. No sentido de dar mais competitividade para a atividade as seguintes medidas foram consenso entre os participantes: a) mais agilidade na entrada e saída dos portos; b) logística própria para a cabotagem; c) revisão da praticagem; d) ampliação da infraestrutura portuária; e) desburocratização dos processos; f) renovação da frota brasileira; g) facilitação da importação de frota e h) integração porta a porta.

Algumas mudanças já estão em curso. O representante da Diretoria de Portos e Costa da Marinha informou que o “porto sem papel” começará a ser implantado no segundo semestre deste ano por todo o Brasil, com isso a documentação será eletrônica. A Marinha estuda a desburocratização da modalidade através da redução dos formulários (de 24 para 10) e da possibilidade da cabotagem usar despacho por período. As embarcações que tiverem rotas fixas poderão fazer despachos com validade de 90 dias.

Com previsão de conclusão em julho deste ano, estudo sobre cabotagem elaborado a pedido de conselho diretor formado pela Secretaria de Portos, Ministério dos Transportes, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Ministério do Planejamento e Ministério da Defesa gerará diagnóstico da situação atual e irá propor medidas.

Um ponto de debate na audiência foi a extinção ou manutenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM. Representante da CNA defendeu sua extinção e representantes dos Sindicatos das empresas de navegação marítima e de reparação naval *offshore* a importância da sua manutenção.

Os deputados Valdir Colatto (PMDB/SC), Luis Carlos Heinze (PP/RS), Sergio Souza (PMDB/PR) e Edinho Bez (PMDB/SC) sugeriram a formação de comissão especial para discutir o tema.

CESP das Licitações debate com representantes da Construção Pesada e Arquitetos e Engenheiros Consultivos

A Comissão Especial para análise da Lei de Licitações realizou hoje audiência pública com a participação do consultor do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON, Floriano de Azevedo Marques e do Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva - SINAECO, José Roberto Bernasconi.

O Presidente do SINAECO focou sua explanação na importância do projeto executivo, que deve constar do edital de licitação. Para que o projeto seja bem feito é necessária a remuneração adequada e disponibilidade de tempo para conhecimento prévio do sítio de intervenção. Desta forma, o trabalho do técnico é valorizado e o projeto contará, inclusive, com soluções que facilitarão as licenças ambientais necessárias.



O consultor do SINICON enfatizou algumas questões: a) permissão da alocação de riscos; b) juntas de soluções contratuais (mediação e arbitragem); c) qualificação do quadro profissional; d) adoção de preço global; e) controle *ex ante* por parte dos

órgãos fiscalizadores; f) permissão de empenho dos recursos recebíveis para se autofinanciar, por parte dos executores; e g) exigência de seguro-garantia (escalonado em até 30% do valor do contrato).

O presidente da Comissão, deputado Carlos Marun (PMDB/MS), defendeu o seguro-garantia, desde que esse não diminua a competitividade, se mostrou contra a permanência do pregão eletrônico e RDC e manifestou preocupação com o método de licitação do projeto executivo.